

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
18101 Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

		OGE 2014						R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
14.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	3.320.600	0	0	3.120.600	200.000	0	0	0
14.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	11.261.650	11.110.533	0	151.117	0	0	0	0
14.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	300.000	0	0	300.000	0	0	0	0
14.126.1377-6719	Comunicação de Dados	180.000	0	0	180.000	0	0	0	0
14.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
14.243.1305-7338	Pró-Paz Escola	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
14.243.1305-7339	MOVER – Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
14.244.1305-6677	Pró-Paz Juventude	400.000	0	0	400.000	0	0	0	0
14.244.1305-6788	Pró-Paz Integrado	50.000	0	0	50.000	0	0	0	0
14.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	1.000.000	0	0	1.000.000	0	0	0	0
14.331.1201-6243	Auxílio Transporte	200.000	0	0	200.000	0	0	0	0
14.422.1305-6676	Pró-Paz Cidadania	150.000	0	0	150.000	0	0	0	0
14.422.1343-6362	Implementação de Ações para a Proteção de Pessoas Ameaçadas	3.986.996	0	0	3.618.996	368.000	0	0	0
14.422.1343-6364	Promoção da Educação em Direitos Humanos	3.133.427	0	0	3.133.427	0	0	0	0
14.422.1343-6367	Implementação de Ações para o Enfrentamento do Sub Registro Civil de Nascimento	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
14.422.1343-6370	Implementação de Ações de Proteção e Defesa do Consumidor	667.611	0	0	444.035	223.576	0	0	0
14.422.1353-4931	Apoio à Implementação das Ações dos Conselhos	70.000	0	0	70.000	0	0	0	0
14.422.1362-6361	Implementação de Ações de Promoção da Igualdade Étnico-Racial	180.000	0	0	180.000	0	0	0	0
14.422.1379-6360	Implementação de Ações de Prevenção e Redução de Danos do Consumo de Drogas	260.000	0	0	260.000	0	0	0	0
Total		25.560.284	11.110.533	0	13.658.175	791.576	0	0	0

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Gerenciar os processos de elaboração, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas e dos instrumentos de planejamento, buscando o equilíbrio fiscal e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará.

Inciso VI do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 4.583, de 24 de setembro de 1975.	Institui o Sistema Estadual de Planejamento, e dá outras providências.
Decreto nº 9.475, de 21 janeiro de 1976.	Regulamenta a Lei que institui o Sistema Estadual de Planejamento, e dá outras providências.
Lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978.	Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a reforma, e dá outras providências.
Decreto nº 6.665, de 5 de março de 1990.	Modifica a composição organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN.
Decreto nº 2.456, de 24 de setembro de 1982.	Aprova os Regulamentos da estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 13 de julho de 2001.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências. Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Lei nº 6.377, de 12 de julho de 2001.	Altera dispositivos da Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999, e dá outras providências.
Lei nº 6.435, de 9 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre a alteração na estrutura da Secretaria Executiva de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, e dá outras providências.
Lei nº 6.527, de 23 de janeiro de 2003.	Dispõe sobre alteração na estruturação organizacional da Administração Estadual, e dá outras providências.
Lei nº 6.565, de 1º de agosto de 2003.	Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Gestão Orçamentária e Financeira – SEOF, e dá outras providências.
Decreto nº 1.437, de 13 de dezembro de 2004.	Aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF.